

HIDROVIAS DO BRASIL S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Hidroviias do Brasil S.A. (“Companhia”), companhia aberta tipo “A”, foi constituída em 18 de agosto de 2010 e possui sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.912 - 21º andar, conjunto 21-L, Jardim Paulistano, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir filiais, agências e estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior. A Companhia tem por objeto social atividades de logística e infraestrutura hidroviária, rodoviária e multimodal, no Brasil e no exterior, incluindo as listadas a seguir, bem como a participação societária em sociedades que exerçam tais atividades:

- a) Transporte de passageiros e mercadorias.
- b) Construção e exploração de portos, terminais de carga, estaleiros, oficinas e entrepostos.
- c) Navegação fluvial e marítima, cabotagem e armazenamento de mercadorias.
- d) Prestação de serviços de logística, diretamente ou por intermédio de terceiros.
- e) Outras atividades correlatas ou de qualquer forma relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até R\$1.720.000 por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia é parte interveniente no acordo de acionistas que regula os termos e condições da relação entre os acionistas e, indiretamente, nas empresas nas quais a Companhia possua e venha a possuir investimentos, incluindo o exercício de direito de voto, a participação dos acionistas na administração, a obrigação de cada acionista de integralizar o capital subscrito, acordos relativos a futuras capitalizações e algumas outras restrições para a transferência das ações ou títulos equivalentes emitidos pela Companhia.

A Companhia possui participação acionária direta, indireta e controle em conjunto nas empresas abaixo:

- Hidroviias do Brasil - Holding Norte Ltda. (“Hidroviias do Norte”), holding domiciliada no Norte do Brasil, tem por objetivo principal a participação no capital de outras sociedades.
- Hidroviias do Brasil - Vila do Conde S.A. (“HB Vila do Conde”), empresa pré-operacional, tem por objetivo social a construção, a operação e a exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, e a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, rodoviário e ferroviário, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Barcarena, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na

qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento.

- Hidroviias do Brasil - Miritituba S.A. (“HB Miritituba”), empresa pré-operacional, tem por objeto social a construção, operação e exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Itaituba, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento.
- Hidroviias do Brasil - Marabá S.A. (“HB Marabá”), empresa pré-operacional, tem por objeto social a construção, operação e exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Marabá, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento.
- Hidroviias do Brasil - Navegação Norte Ltda. (“HB Navegação Norte”), empresa pré-operacional, tem por objeto social a exploração do serviço de transporte hidroviário de carga geral, graneis líquidos e sólidos; prestação de serviços de operações portuárias, cargas e descargas de barcas e serviços de armazenagem de cargas; o serviço de transporte de carga geral e graneis sólidos na navegação do interior de percurso longitudinal intermunicipal, interestadual e internacional; a prestação de serviço de navegação interior, o transporte, o armazenamento e o transbordo de carga geral, graneis sólidos e graneis líquidos.
- Obrinel S.A. (“Obrinel”), empresa pré-operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal construir e operar um terminal especializado de carga de granel sólido, nas instalações do Porto de Montevideo.

A Obrinel detém concessão por prazo determinado de 20 anos, aprovado e autorizado pela Agência Nacional de Portos - ANP do Uruguai, por meio do Concurso Público nº 1/05, e tem a obrigação de desenvolver a construção e a operação do terminal no Porto de Montevideo, na forma e condições do concurso público. No contrato de concessão está definido que o Poder Executivo poderá estabelecer tarifas para os serviços portuários dependendo do nível de competitividade.

- Hidroviias del Sur S.A. (“Hidroviias Del Sur”), holding domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal a participação no capital de outras sociedades.
- Baloto S.A. (“Baloto”), holding domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal a participação em 49% do capital da Obrinel S.A. (“joint venture”).
- Girocantex S.A. (“Girocantex”) e Girocantex S.A. - Filial no Paraguai (“Girocantex Paraguai”), empresas operacionais domiciliadas no Uruguai e Paraguai, têm por objetivo principal o transporte fluvial de mercadorias.

Em 23 de agosto de 2013, Girocantex S.A. constituiu no Paraguai sua primeira filial chamada “Girocantex S.A. - Sucursal Paraguai”, com um capital social de R\$23.868 (US\$10.000) na cidade de Assunção.

- Hidrovias del Paraguay S.A. (“Hidrovias Del Paraguay”), empresa operacional domiciliada no Paraguai, tem por objetivo principal atividades comerciais relacionadas com o transporte por via fluvial.
- Pricolpar S.A. (“Pricolpar”), empresa operacional domiciliada no Paraguai, tem por objetivo principal atividades comerciais relacionadas com o transporte por via fluvial.
- Cikelsol S.A. (“Cikelsol”), empresa operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal o arrendamento de ativos de navegação e transporte fluvial de mercadorias no exterior (Paraguai).
- Limday S.A. (“Limday”), empresa operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal o transporte de polpa de celulose das instalações portuárias de Fray Bentos para o terminal portuário localizado em Nova Palmira, Uruguai.

Aspectos regulatórios

Em 7 de dezembro de 2012, foi publicado no Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e outras providências. Referida Medida Provisória foi convertida em Lei em 5 de junho de 2013 (Lei nº 12.815).

Em 21 de fevereiro de 2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente - Coema aprovou a concessão de Licença Prévia (LP) referente ao projeto da controlada direta HB Vila do Conde, de instalações de Terminal Portuário de Uso Privativo (TUP) localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará.

Em 11 de abril de 2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente - Coema aprovou a concessão de Licença Prévia (LP) referente ao projeto da controlada direta HB Miritituba, de instalações de Estação de Transbordo de Cargas (ETC) localizado na cidade de Itaituba, Estado do Pará.

Em 9 de maio de 2014, a HB Vila do Conde, controlada direta, assinou o Contrato de Adesão nº 016/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, como Poder Concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, como Interveniente, que autoriza a construção e/ou exploração de Instalação Portuária pela HB Vila do Conde, na modalidade de Terminal de Uso Privado - TUP, localizado na Avenida Verde e Branco, Estrada de Itupanema, Município de Barcarena/PA, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos vegetais, farelo e fertilizantes), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

Em 31 de julho de 2014, a HB Miritituba, controlada direta, assinou o Contrato de Adesão nº 019/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, como Poder Concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, como Interveniente, que autoriza a construção e/ou exploração de Instalação Portuária pela HB Miritituba, na modalidade de Estação de Transbordo de Carga - ETC, localizado na margem direita do rio Tapajós, gleba de Santa Cruz, s/n, Vila de Miritituba, Município de Itaituba/PA, para fins de

movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos e farelo de soja), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

Em 5 de dezembro de 2014, a HB Vila do Conde, controlada direta, obteve a concessão de Regime Especial de Tributação para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 335, publicado no Diário Oficial da União.

Em 29 de dezembro de 2014, a HB Miritituba, controlada direta, obteve a concessão de Regime Especial de Tributação para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 303, publicado no Diário Oficial da União.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$428.242, decorrente principalmente do endividamento de curto prazo (empréstimos ponte) obtido para financiar as obras de construção de terminais e aquisição de empurradores e barcas, no montante de R\$526.000 com data de vencimento em 15 de julho de 2016. Estes empréstimos de curto prazo serão transferidos para o passivo não circulante na medida em que os requerimentos contratuais com as instituições financeiras forem cumpridos, os quais a Administração da Companhia espera que as liberações sejam realizadas durante o 2º trimestre de 2016. Salientamos que o contrato com o Banco do Brasil já foi formalizado, conforme mencionado na nota explicativa nº 27. Adicionalmente, os acionistas da Companhia tem compromisso de aportes de capital conforme previsto no acordo de subscrição (Private Placement).

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

b) Base de mensuração

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais registrados nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo; (ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo.

c) Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos e pelas interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. No caso da Companhia, esses itens poderão ser revertidos para a demonstração do resultado quando da liquidação das operações ou pela alienação das investidas.

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional das controladas no Uruguai e Paraguai é o dólar norte-americano. Os efeitos de conversão da moeda funcional das controladas no exterior para o real é contabilizado no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes - efeitos de conversão de controladas no exterior. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as IFRSs e o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas estão relacionadas à avaliação do valor de recuperação de ativos intangíveis (nota explicativa nº 10) e à determinação da vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 9).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

a) Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- tem poder sobre a investida.
- está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.

Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial.

b) Moeda estrangeira

(i) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para reais (moeda funcional da Companhia) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

A controlada Girocantex S.A. utiliza instrumentos financeiros derivativos como forma de eliminar a variação cambial nos casos onde a moeda contratada difere da sua moeda

funcional e não para propósito de especulação. Os instrumentos financeiros utilizados para proteção são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço e mensurados a valor justo.

A Administração da Companhia documenta a relação entre os instrumentos financeiros utilizados como derivativos e as estratégias de proteção. O registro contábil dessa operação é realizado no momento da aquisição do instrumento financeiro e atualizado periodicamente.

As variações do valor justo dos instrumentos financeiros de “hedge” de fluxo de caixa efetivo encontram-se registrados em outros resultados abrangentes e são reconhecidos no patrimônio líquido na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”. Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes no período são transferidos para a demonstração de resultados quando a partida protegida do instrumento de “hedge” é realizada.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado

Os ativos avaliados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são liquidadas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e fornecedores. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas a seguir.

“Hedges” de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de “hedge” em uma proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a “hedge” é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício em que os fluxos de caixa protegidos (“hedge”) afetam o resultado, na mesma linha na demonstração do resultado como item objeto de “hedge”. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de “hedge” afeta o resultado.

Caso o instrumento de “hedge” não mais atenda aos critérios de contabilização de “hedge”, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido ou tenha sua designação revogada, a contabilização de “hedge” é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Outros derivativos não mantidos para negociação

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de “hedge” de fluxo de caixa que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

d) Apuração do resultado

Os itens que compõem o resultado são registrados em conformidade com o regime contábil de competência.

e) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no

local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica, a taxas anuais de: móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados - 10%; instalações - 10%; sistema de aplicativos - 20%; equipamento de telefonia - 10%; benfeitorias - 20%; veículos - 20%; barcos e barcas – 6,7%.

f) Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a nota explicativa nº 3.a).

(ii) Direito de concessão

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definido, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelo período do direito de exploração, a partir da entrada em operação das controladas.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de dez anos.

g) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro e não financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

A Companhia e suas controladas avaliam os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos com vida útil indefinida, como o ágio, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de

valor.

Durante o exercício não ocorreram eventos que indicassem a necessidade de revisão do valor recuperável nos ativos financeiros e ativos não financeiros.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i) Pagamento baseado em ações

O valor justo das opções concedidas, determinado na data da outorga, é registrado como despesa no resultado do período durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio.

j) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

k) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

l) Segmentos operacionais

As divulgações dos segmentos operacionais da Companhia são baseadas na estrutura gerencial das demonstrações financeiras e da Administração, a qual segue a segmentação de negócio por região (corredor norte e corredor sul).

m) Imposto de renda e contribuição social

Na controladora, o imposto de renda e a contribuição social são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pela alíquota regular de 15% acrescida de alíquota adicional de 10% para o imposto de renda e alíquota de 9% para a contribuição social sobre o lucro. No consolidado, o imposto de renda das controladas que estão estabelecidas no Uruguai e Paraguai é calculado com base na legislação aplicável no naqueles países. No entanto, a Companhia e suas controladas não tem apurado lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais serão contabilizados quando houver expectativa de geração de lucros tributáveis.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia (controladora) e as seguintes empresas investidas diretas, indiretas e controladas em conjunto:

	Participação - %	
	31/12/2015	31/12/2014
<u>Controladas diretas</u>		
Hidrovias del Sur S.A.	100	100
Hidrovias do Brasil - Marabá S.A.	100	100
Baloto S.A. (a)	100	100
Hidrovias do Brasil - Holding Norte Ltda. (b)	100	-
Hidrovias do Brasil - Miritituba S.A.	-	100
Hidrovias do Brasil - Navegação Norte Ltda.	-	99
Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A.	-	100
<u>Controladas indiretas</u>		
Girocantex S.A.	100	100
Girocantex S.A. - Filial Paraguai	100	100
Hidrovias del Paraguay S.A.	100	100
Pricolpar S.A.	100	100
Cikelsol S.A.	100	100
Hidrovias do Brasil - Miritituba S.A.	100	-
Hidrovias do Brasil - Navegação Norte Ltda.	99	-
Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A.	100	-
<u>Controladas em conjunto</u>		
Obrinel S.A.	49	49
Limday S.A.	45	45

(a) 4,94% de participação direta e 95,06% de participação indireta através da controlada Hidrovias Del Sur.

(b) Constituída em 5 de março de 2015.

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

As normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis a Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

Pronunciamento

Descrição

Modificações às IFRSs

Melhorias anuais nas IFRSs: ciclos 2010-2012 e 2011-2013

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:

IFRS 9

Instrumentos Financeiros (b)

IFRS 15

Receitas de Contratos com Clientes (b)

IFRS 16	Arrendamentos (c)
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2)	Iniciativa de Divulgação (a)
Modificações à IAS 1/CPC 26 (R1)	Iniciativa de Divulgação (a)
Modificações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1)	Esclarecimento dos Métodos de Depreciação e Amortização Aceitáveis (a)
Modificações à IFRS 10/CPC 36 e IAS 28/CPC 18	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou “Joint Venture” (a)
Modificações à IFRS 10/CPC 36, IFRS 12/CPC 45 e IAS 28/CPC 18	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação (a)
Modificações às IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs: ciclo 2012-2014 (a)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas e interpretações.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários	11.816	2.641	108.037	85.515
Títulos de renda fixa CDB (*)	-	12.253	-	12.252
Total	<u>11.816</u>	<u>14.894</u>	<u>108.037</u>	<u>97.767</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2014, referiam-se a aplicações financeiras em títulos privados e estavam substancialmente representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas de compra e revenda de CDBs e possuíam liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O rendimento médio da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de 102,27% do CDI, e todas as aplicações eram de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estavam sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2015, a composição e os vencimentos dos saldos de contas a receber de clientes é conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Clientes no exterior (*)	21.762	4.609
Total	<u>21.762</u>	<u>4.609</u>

(*) Referem-se aos saldos das controladas indiretas Girocantex, de R\$21.720 (R\$4.609 em 31 de dezembro de 2014) e da Hidrovias del Sur de R\$42.

.Composição do contas a receber por idade de vencimento

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	15.136	3.514
Vencido até 30 dias	<u>6.626</u>	<u>1.095</u>
Total	<u>21.762</u>	<u>4.609</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fundo Itaú PP Portfólio (a)	95.417	-	172.691	30.981
Aplicação financeira restrita (c)	-	16.098	-	16.098
Fundo Bradesco DI Referenciado (b)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31.202</u>	<u>-</u>
Total	<u>95.417</u>	<u>16.098</u>	<u>203.893</u>	<u>47.079</u>

(a) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú PP Portfólio, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com remuneração média de 102,39% (103,7% em 31 de dezembro de 2014) do CDI. A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

(b) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Bradesco DI Referenciado, atrelados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com remuneração média de 98,80% do mesmo indicador. A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

(c) Aplicações financeiras que correspondem a operações de curto prazo em debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Esse montante está vinculado à garantia dos empréstimos do Banco Itaú BBA da controlada direta Hidrovias Del Sur e foram liquidados em conjunto com os empréstimos durante o ano de 2015.

7. GARANTIAS DEPÓSITO CAUÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Projeto Vale (a)	89.918	61.079	89.814	61.079
Projeto Obrinel (b)	19.131	13.010	19.144	13.013
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>122</u>	<u>29</u>
Total	<u>109.049</u>	<u>74.089</u>	<u>109.080</u>	<u>74.121</u>
Classificado como:				
Circulante	19.131	30.539	19.144	30.551
Não circulante	89.918	43.550	89.936	43.570

- (a) Em 9 de outubro de 2013, a Companhia realizou um depósito caução de US\$23.000, nos termos e condições do “Project Funds Support and Corporate Guarantee Agreement - PFSCGA. Este depósito deverá ser liberado após a comprovação da performance dos ativos de navegação do Projeto Vale, que é confirmada por meio da constatação de seis viagens percorridas por cada comboio e outras condições de liberação previstas para o ano de 2017.
- (b) Em 25 de julho de 2014, a Companhia realizou um depósito caução de US\$4.900, nos termos e condições da Garantia de Finalização do Projeto assinado em 13 de junho de 2014. Este depósito deverá ser liberado após a comprovação de execução da obra e execução financeira (Financial Completion) do projeto Obrinel, que é confirmada por meio da constatação da finalização técnica da construção das instalações portuárias e outras condições de liberação até o início da operação prevista para o terceiro trimestre de 2016.

8. INVESTIMENTOS

Nenhuma das empresas cujos investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial	<u>882.806</u>	<u>603.771</u>	<u>95.439</u>	<u>67.951</u>
Total	<u>882.806</u>	<u>603.771</u>	<u>95.439</u>	<u>67.951</u>

O saldo do consolidado refere-se à Limday R\$16.249 (R\$11.390 em 31 de dezembro de 2014) e à Obrinel R\$79.190 (R\$56.561 em 31 de dezembro de 2014), registrados por equivalência patrimonial, conforme o pronunciamento técnico CPC 19 (R2) e a IFRS 11.

A movimentação dos investimentos da controladora e consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão apresentados a seguir:

	Controladora					
	31/12/2014	31/12/2015				
	Saldo inicial dos investimentos	Aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final dos investimentos
Baloto	13.334	-	-	(185)	6.248	19.397
Hidroviás del Sur	304.514	26.891	(13.129)	(27.241)	150.674	441.709
HB Vila do Conde	148.941	-	-	(445)	-	(148.496)
HB Marabá	9.294	285	-	(303)	-	9.276
HB Miritituba	69.386	-	-	312	-	(69.698)
HB Navegação Norte	58.302	-	-	116	-	(58.418)
Hidroviás del Paraguay	-	-	-	(8)	(3)	(11)
Hidroviás do Norte	-	148.088	-	(12.268)	-	276.612
Pricolpar	-	-	-	2	1	-
Total	<u>603.771</u>	<u>175.264</u>	<u>(13.129)</u>	<u>(40.020)</u>	<u>156.920</u>	<u>882.806</u>

Consolidado				
	31/12/2014	31/12/2015		
	Saldo inicial dos investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final dos investimentos
Limday	11.390	651	4.208	16.249
Obrinel	<u>56.561</u>	<u>(10.705)</u>	<u>33.334</u>	<u>79.190</u>
Total	<u>67.951</u>	<u>(10.054)</u>	<u>37.542</u>	<u>95.439</u>

A movimentação dos investimentos da controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está apresentada a seguir:

	Controladora						
	31/12/2013	31/12/2014					
	Saldo inicial dos investimentos	Aumento de capital	Ganho/perda no investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final dos investimentos
Baloto	11.706	-	151	-	(64)	1.541	13.334
Hidrovias del Sur	310.635	1.896	(151)	(37.766)	(11.647)	41.547	304.514
HB Vila do Conde	51.969	98.990	-	-	(2.018)	-	148.941
HB Marabá	8.720	829	-	-	(255)	-	9.294
HB Miritituba	8.070	61.384	-	-	(68)	-	69.386
HB Navegação Norte	<u>1.322</u>	<u>57.147</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(167)</u>	<u>-</u>	<u>58.302</u>
Total	<u>392.422</u>	<u>220.246</u>	<u>-</u>	<u>(37.766)</u>	<u>(14.219)</u>	<u>43.088</u>	<u>603.771</u>

	Consolidado						
	31/12/2013	31/12/2014					
	Saldo inicial dos investimentos	Aumento de capital	Pagamento de dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final dos investimentos
Limday	9.588	-	(95)	-	1.472	425	11.390
Obrinel	20.835	28.300	-	-	(936)	8.362	56.561
Total	30.423	28.300	(95)	-	536	8.787	67.951

As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas e em conjunto são apresentadas a seguir:

31/12/2015

	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	(Prejuízo) lucro das empresas no exercício	Receitas líquidas (*)
<u>Controladas diretas</u>						
Hidroviás del Sur	2.828.608.315	1.457.328	1.015.752	441.576	(75.830)	196.223
HB Marabá	20.000.000	9.303	27	9.276	(706)	-
Hidroviás do Norte	389.445.000	1.176.736	762.687	414.049	(6.088)	-
<u>Controladas indiretas e em conjunto</u>						
Limday	96.302.000	53.610	15.684	37.926	1.461	17.476
Obrinel	423.323.815	172.483	94.213	78.270	-	-
Baloto	208.927.039	78.273	10	78.263	(3.062)	-
Girocantex	2.422.140.009	1.180.335	868.454	311.881	(10.557)	148.762
Hidroviás del Paraguay	450.000	28.107	63.177	(35.070)	(15.680)	60.327
Pricolpar	225.000	39.082	6.337	32.745	(11.324)	32.897
Cikelsol	800.000	159.967	130.655	29.312	(1.704)	81.036
HB Vila do Conde	217.000.000	705.314	481.442	223.872	(5.096)	-
HB Miritituba	84.000.000	316.995	216.498	100.497	(607)	-
HB Navegação Norte	87.995.000	277.842	188.184	89.658	(400)	-

(*) Inclui as receitas entre grupos.

31/12/2014

	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	(Prejuízo) lucro das empresas no exercício	Receitas líquidas (*)
<u>Controladas diretas</u>						
Hidroviás del Sur	2.828.608.315	402.942	98.428	304.514	(11.647)	-
HB Vila do Conde	125.000.000	168.974	20.033	148.941	(2.018)	-
HB Marabá	20.000.000	9.301	7	9.294	(256)	-
HB Miritituba	16.000.000	76.324	6.730	69.594	139	-
Hidroviás do Norte	500.000	58.875	573	58.302	(167)	-
<u>Controladas indiretas e em conjunto</u>						
Limday	96.302.000	37.660	12.095	25.565	3.304	14.605
Obrinel	423.323.815	197.832	82.426	115.406	(1.917)	-
Baloto	208.927.039	56.564	274	56.290	(1.282)	-
Girocantex	2.422.140.009	806.222	581.281	224.941	(4.973)	36.930
Hidroviás del Paraguay	450.000	16.351	32.374	(16.023)	(13.157)	11.301
Pricolpar	225.000	28.577	4.501	24.076	12.575	43.222
Cikelsol	800.000	96.988	3.838	93.150	(1.453)	2.402

(*) Inclui as receitas entre grupos.

9. IMOBILIZADO

A composição do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é como segue:

Controladora	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e Informática	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2014	281	83	313	365	-	1.041
Adições	77	15	32	51	1.551	1.726
Baixas	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(110)	(14)	(35)	(144)	-	(303)
Saldo em 31/12/2015	248	84	309	272	1.551	2.464
Custo Histórico	575	146	370	639	1.551	3.281
Depreciação Acumulada	(327)	(62)	(61)	(367)	-	(817)

Controladora	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e Informática	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2013	369	105	62	346	-	882
Adições	-	-	270	133	-	403
Baixas	-	(11)	-	(8)	-	(19)
Depreciação	(90)	(11)	(18)	(106)	-	(225)
Saldo em 31/12/2014	279	83	314	365	-	1.041
Custo Histórico	495	131	341	588	-	1.556
Depreciação Acumulada	(216)	(48)	(26)	(223)	-	(514)

Hidroviás do Brasil S.A.

Consolidado	Terrenos	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e Informática	Veículos	Empurradores e Barcaças	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2014	35.521	616	413	633	752	501	647.846	399.121	1.085.403
Adições	4.880	287	16	114	104	-	174.886	652.273	832.560
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	8.624	-	-	-	-	-	122.759	(131.384)	-
Depreciação	-	(187)	(58)	(79)	(172)	(130)	(35.740)	-	(36.367)
Ajustes de tradução	-	(358)	(132)	29	149	145	234.041	89.226	323.101
Saldo em 31/12/2015	49.025	358	239	697	833	516	1.143.792	1.009.237	2.204.697
Custo Histórico	49.025	1.005	403	834	1.517	776	1.209.772	1.009.237	2.282.569
Depreciação Acumulada	-	(647)	(164)	(137)	(684)	(260)	(65.980)		(67.872)

Consolidado	Terrenos	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e Informática	Veículos	Empurradores e Barcaças	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2013	34.971	724	561	75	581	134	80.827	358.978	476.851
Adições	550	53	54	490	264	380	289.457	209.081	500.329
Baixas	-	-	(110)	-	(8)	-	-	-	(118)
Transferências	-	-	(47)	87	98	-	216.468	(216.606)	-
Depreciação	-	(161)	(43)	(35)	(202)	(52)	(13.817)	-	(14.310)
Ajustes de tradução	-	-	(2)	16	19	39	74.911	47.668	122.651
Saldo em 31/12/2014	35.521	616	413	633	752	501	647.846	399.121	1.085.403
Custo Histórico	35.521	909	506	684	1.097	603	663.581	399.121	1.101.945
Depreciação acumulada	-	(293)	(94)	(51)	(345)	(103)	(15.735)		(16.542)

Imobilizado em curso

Consolidado	Saldo líquido		Data prevista de entrada em operação (*)
	31/12/2015	31/12/2014	
Projeto Miritituba (ETC)	211.807	27.865	1T16
Projeto Vila do Conde (TUP)	445.088	63.989	2T16
Projeto Navegação (Embarcações)	270.328	55.750	1T16
Projeto Vale (Embarcações)	-	160.337	3T15
Outros projetos	82.014	91.180	-
Total	<u>1.009.237</u>	<u>399.121</u>	

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, com base nos estudos efetuados anualmente, não foram identificados indicadores a necessidade da realização de teste para provisão para redução a seu valor recuperável.

Capitalização de juros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram capitalizados R\$29.241 (R\$15.904 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014) referentes a encargos financeiros dos empréstimos ao financiamento dos empurradores, das barcas e dos terminais.

10. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ágio	-	-	-	7.026	4.569
Contrato de concessão	(*)	-	-	15.522	10.559
Software	20	4.070	4.503	4.362	1.940
Em curso - Sistema SAP		<u>14.105</u>	<u>10.347</u>	<u>20.569</u>	<u>14.850</u>
Total		<u>18.175</u>	<u>14.850</u>	<u>47.479</u>	<u>31.918</u>

(*) A amortização será efetuada em 20 anos (período de exploração) a partir do início da operação previsto para o terceiro trimestre de 2016.

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	14.850	8.757	31.918	22.176
Adição	4.350	6.877	14.583	8.781
Amortização	(1.025)	(784)	(2.522)	(784)
Conversão de moeda	-	-	3.500	1.745
Saldo final	<u>18.175</u>	<u>14.850</u>	<u>47.479</u>	<u>31.918</u>

Contrato de concessão

O direito de concessão da Baloto, de R\$15.522 (R\$10.559 em 31 de dezembro de 2014), registrado como investimento na controladora, está fundamentado em estudos desenvolvidos pela Companhia sobre a rentabilidade futura das operações da Baloto e que suportam a contabilização do direito de concessão. O direito de concessão será amortizado em 20 anos, correspondente ao período do direito de exploração, a partir da entrada em operação do referido empreendimento. O direito de concessão gerado na aquisição da Baloto está sendo registrado na mesma moeda funcional da controladora indireta no exterior. Os efeitos da variação cambial, entre a moeda funcional da Companhia e da Baloto, são contabilizados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes - Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior.

Ágio

O ágio foi gerado na aquisição de 45% das ações representativas do capital social da Limday. O ágio da Limday de R\$7.026 (R\$4.569 em 31 de dezembro de 2014) está fundamentado em estudos desenvolvidos sobre a rentabilidade futura das operações.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não foi identificada necessidade de constituição de provisão para “impairment”.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Consolidado		
	Vencimento final	Taxa de juros - a.a.	31/12/2015	31/12/2014
<u>Hidroviás del Sur:</u>				
Capital de giro (a)	-	4,89%	-	40.417
Capital de giro (b)	-	4,85%	-	40.386
Capital de giro	-	1,70%	-	17.305
<u>Girocantex e Hidroviás del Paraguay:</u>				
Financiamento de projetos (c)	Mai/26	4,3% e 4,5% + Libor	350.965	236.917
Financiamento de projetos (c)	Mai/26	4,3% e 4,5% + Libor	350.654	236.701
Financiamento de projetos (c)	Mai/26	4,3% + Libor	85.963	65.302
<u>Cikelsol-</u>				
Financiamento de projetos (d)	Dez/19	3,85% + Libor	123.640	-
<u>HB Vila do Conde (e)-</u>				
Empréstimo ponte para financiamento de projeto	Jul/16	5% + TJLP	402.526	-

HB Miritituba (e)-

Empréstimo ponte para financiamento de projeto	Jul/16	119% do CDI	161.943	-
--	--------	-------------	---------	---

HB Navegação Norte (e)-

Empréstimo ponte para financiamento de projeto	Jul/16	118% do CDI	90.798	-
--	--------	-------------	--------	---

Total			<u>1.566.489</u>	<u>637.028</u>
-------	--	--	------------------	----------------

Classificado como:

Circulante			663.552	102.340
Não circulante			902.937	534.688

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme segue:

Controladas	Saldo Inicial 31/12/2014	Liberações	Juros Incorridos	Pagamento Principal	Pagamento de juros	Ajuste de Conversão	Saldo Final 31/12/2015
Vila do conde	-	382.974	19.552	-	-	-	402.526
Miritituba	-	146.000	15.943	-	-	-	161.943
Navegação	-	80.000	10.798	-	-	-	90.798
Hidroviás del Sur	99.099	-	2.437	(129.212)	(2.437)	30.113	-
Cikelsol	-	136.668	4.474	(15.386)	(2.876)	760	123.640
Girocantex	537.929	-	27.583	-	(30.793)	252.863	787.582
	<u>637.028</u>	<u>745.642</u>	<u>80.787</u>	<u>(144.598)</u>	<u>(36.106)</u>	<u>283.736</u>	<u>1.566.489</u>

Descrição dos contratos de empréstimos e financiamentos

- (a) Em 3 de dezembro de 2014, a controlada direta Hidroviás del Sur contratou financiamento em moeda estrangeira equivalente a R\$40.417 (US\$15.000 mil). Os juros e o principal foram pagos, em parcela única, em 27 de julho de 2015.
- (b) Em 2 de dezembro de 2013, a controlada direta Hidroviás del Sur contratou financiamento em moeda estrangeira de R\$40.386 (US\$15.000 mil). Os juros e o principal foram pagos, em parcela única, em 3 de setembro de 2015.
- (c) Em 24 de julho de 2013, as controladas indiretas Girocantex e Hidroviás del Paraguay contrataram financiamento em moeda estrangeira de até US\$238.000 mil com o objetivo de financiar a construção de 8 empurradores e 144 barcas e demais custos indiretos relativos ao contrato de transporte fluvial de minério de ferro com a Vale. Os juros e principal serão pago semestralmente em 12 anos a partir de novembro de 2016.
- (d) Em 15 de janeiro de 2015 a controlada indireta Cikelsol contratou financiamento em moeda estrangeira equivalente a R\$94.500 (US\$35.000 mil). Os juros e o principal estão sendo pagos em 10 parcelas semestrais desde 16 de julho de 2015.
- (e) Em 25 de fevereiro de 2015 as controladas indiretas HB Vila do Conde, HB Miritituba e HB Navegação Norte contrataram empréstimo ponte para financiamento de projetos no montante total de R\$630.000, dos quais foram recebidos R\$260.000 referente a 1ª parcela e em 23 de junho de 2015 as controladas indiretas HB Vila do Conde e HB Miritituba

receberam R\$266.000 referente a 2ª parcela. Os juros e o principal serão pagos em parcela única até 15 de julho de 2016.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos possuem garantias da Hidroviás do Brasil através de avais, ou notas promissórias ou depósitos em contas bancárias.

Cláusulas restritivas

Alguns financiamentos das controladas têm cláusulas restritivas que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de juros a vencer.

Em 31 de dezembro de 2015, as controladas da Companhia cumpriram integralmente as cláusulas restritivas.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2015, os vencimentos a longo prazo, têm a seguinte composição:

	<u>Consolidado</u>
2017	189.272
2018	65.632
2019	65.632
2020	65.632
2021 a 2025	328.159
2026 em diante	<u>188.611</u>
Total	<u>902.937</u>

A taxa efetiva de juros das transações em 31 de dezembro de 2015 está demonstrada a seguir:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Custo da dívida</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>Taxa efetiva</u>
Financiamento de projetos	246.598	(11.481)	235.117	4,5% + Libor (*)	4,66%
Financiamento de projetos	98.969	(4.448)	94.521	4,3% + Libor (*)	4,50%
Financiamento de projetos	246.259	(11.481)	234.778	4,5% + Libor (*)	4,67%
Financiamento de projetos	98.992	(4.448)	94.544	4,3% + Libor (*)	4,49%
Financiamento de projetos	<u>95.211</u>	<u>(4.448)</u>	<u>90.763</u>	4,3% + Libor (*)	4,67%
Total	<u>786.029</u>	<u>(36.306)</u>	<u>749.723</u>		

(*) Contratado SWAP para Libor conforme nota explicativa 18.4.

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores nacionais	1.104	1.452	92.343	36.397
Fornecedores estrangeiros	<u>924</u>	<u>7</u>	<u>26.451</u>	<u>640</u>
Total	<u>2.028</u>	<u>1.459</u>	<u>118.794</u>	<u>37.037</u>

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Provisão para bônus e gratificações	5.903	5.449	9.018	6.539
Férias e encargos	1.746	1.286	3.828	1.957
INSS a recolher	621	227	1.831	690
IRRF a recolher	363	332	525	352
FGTS a recolher	<u>140</u>	<u>87</u>	<u>218</u>	<u>96</u>
Total	<u>8.773</u>	<u>7.381</u>	<u>15.420</u>	<u>9.634</u>

14. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia, no Consolidado, possui 9 processos trabalhistas apontados como perda possível totalizando o valor de R\$430 (R\$0 em 31 de dezembro de 2014).

15. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social é de R\$1.072.386 (R\$750.486 em 31 de dezembro de 2014), representado por 630.834.792 (538.822.389 em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 está detalhada a seguir:

	31/12/2015		31/12/2014	
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>
<u>Acionistas</u>				
P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participação	335.958.449	53,26	326.757.207	60,64
Sheares Investments B.V.	136.149.030	21,58	136.149.027	25,27
1505718 Alberta Ltd.	54.638.330	8,66	54.638.333	10,14

1505722 Alberta Ltd.	21.277.824	3,37	21.277.822	3,95
HBSA Co-Investimento - Fundo de Investimentos em Participações	30.669.264	4,86	-	-
BTO - Fundo de Investimento em Participações	30.669.264	4,86	-	-
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	12.271.389	1,95	-	-
International Finance Corporation	<u>9.201.243</u>	<u>1,46</u>	-	-
Total	<u>630.834.792</u>	<u>100</u>	<u>538.822.389</u>	<u>100</u>

Em 20 de março de 2015, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital social em R\$161.900, com a emissão de 46.006.202 novas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, iguais às atualmente existentes. As ações emitidas foram integralmente subscritas e integralizadas pelos sócios P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimento em Participação, HBSA Co-Investimento - Fundo de Investimentos em Participações, BTO - Fundo de Investimento em Participações, BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e International Finance Corporation nesta data, com o consentimento de todos os atuais acionistas da Companhia, que renunciaram ao direito de exercício e cederam seus correspondentes direitos de preferência na subscrição, nos termos dos boletins de subscrição.

Em 24 de julho de 2015, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital social em R\$160.000, com a emissão de 46.006.201 novas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, iguais às atualmente existentes. As ações emitidas foram integralmente subscritas e integralizadas pelos sócios P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimento em Participação, HBSA Co-Investimento - Fundo de Investimentos em Participações, BTO - Fundo de Investimento em Participações, BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e International Finance Corporation nesta data, com o consentimento de todos os atuais acionistas da Companhia, que renunciaram ao direito de exercício e cederam seus correspondentes direitos de preferência na subscrição, nos termos dos boletins de subscrição.

Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

16. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação no exercício, conforme quadro a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo do exercício	(60.064)	(16.293)
Média ponderada de ações	<u>698.821</u>	<u>520.007</u>
Prejuízo do exercício por lote de mil ações	<u>(0,0860)</u>	<u>(0,0313)</u>

Os efeitos apurados no denominador do cálculo de lucro por ação diluído oriundos do plano de pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 19) foram considerados antidilutivos. Por este motivo, estes efeitos não foram incluídos no cálculo no exercício.

17. PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2015, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$5.782 (R\$3.745 em 31 de dezembro de 2014), sendo referente a salários e benefícios variáveis.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa

	Controladora			
	Ativos		Passivos	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Girocantex (a)	3.302	3.044	-	-
Hidroviás del Sur (b)	510	-	-	32
Hidroviás do Norte (c)	<u>2.713</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>6.525</u>	<u>3.044</u>	<u>-</u>	<u>32</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas:				
Promon Engenharia S.A.(e)	755	29	6.055	1.251
Promonlogicalis Tecnologia e Participações Ltda.(e)	-	138	-	99
PTLS Serviços de Tecnologia e Assistência Técnica Ltda. (d)	<u>83</u>	<u>362</u>	<u>259</u>	<u>123</u>
Total	<u>838</u>	<u>529</u>	<u>6.314</u>	<u>1.473</u>

- (a) Referem-se a despesas com estruturação do financiamento para o Projeto Vale com a controlada indireta Girocantex, contratadas no Brasil.
- (b) Refere-se a despesas administrativas com a controlada direta Hidroviás del Sur.
- (c) Refere-se a despesas administrativas com a Hidroviás do Norte.
- (d) Refere-se a prestação de serviço de assistência técnica remota, para atendimento à infraestrutura da Companhia e dos escritórios para todas as empresas do grupo no Brasil.
- (e) Refere-se a prestação de serviço de engenharia, consultoria, e apoio, relacionado à construção dos portos do projeto norte.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Instrumentos financeiros por categoria

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, os valores justos estimados dos instrumentos se aproximam dos valores contabilizados, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativos:				
Valor justo através do resultado:				
Caixa e equivalentes de caixa	11.816	14.894	108.037	97.767
Títulos e valores mobiliários	95.417	16.098	203.893	47.079
Garantia e depósito caução	109.049	74.089	109.080	74.121
Empréstimos e recebíveis:				
Contas a receber de clientes	-	-	21.762	4.609
Partes relacionadas	6.525	3.044	-	-
Passivos:				
Passivo pelo custo amortizado:				
Fornecedores	2.028	1.459	118.794	37.037
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.566.489	637.028
Partes relacionadas	-	32	-	-
Valor justo por meio do resultado-				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	66.020	35.069

18.2. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas, com exceção dos derivativos, são classificados como empréstimos e recebíveis e passivo pelo custo amortizado, e são substancialmente remunerados por taxas de mercado, conforme divulgadas nas notas explicativas nº 4, nº 5, nº 6, nº 7 e nº 11. Os valores justos desses instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2015.

18.3. Hierarquia do valor justo

Os instrumentos derivativos contratados enquadram-se no nível 2, conforme a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

- Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

18.4. Instrumentos financeiros derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à previsibilidade das operações e à minimização de eventuais descasamentos que possam trazer volatilidades adicionais às já contempladas no Plano de Negócios da Companhia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela Diretoria, somente para proteção de eventuais descasamentos de taxas de câmbio e taxa de juros, sem nenhum componente de alavancagem ou de especulação, uma vez que os derivativos contratados pelas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas obrigações (dívidas ou fluxos de pagamentos em moeda estrangeira) protegidas.

Derivativos designados para “swap” - Consolidado

Os instrumentos de proteção contratados para as dívidas de financiamento de projetos são “swaps” convencionais de “Libor 6M” para taxa fixa com o intuito de fixar os juros incorridos no fluxo de pagamento de dívidas que originalmente foram contratadas com uma taxa pós-fixada, sem nenhum componente de alavancagem ou de especulação, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

<u>Negociação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor nocional</u>	<u>Índice</u>	<u>Taxa</u>
09/10/2013	15/11/2016	296.765	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2017	283.772	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2017	270.779	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2018	257.786	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2018	244.794	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2019	231.801	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2019	218.247	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2020	204.693	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2020	189.294	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2021	173.894	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2021	158.495	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2022	143.095	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2022	127.135	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2023	111.175	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2023	93.369	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2024	75.563	Libor	3,45%

<u>Negociação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Índice</u>	<u>Taxa</u>
09/10/2013	15/11/2024	57.757	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2025	39.951	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2025	22.145	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2026	11.073	Libor	3,45%

O valor justo desses instrumentos está apresentado abaixo:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Sumitomo Mitsui Banking Corporation New York	(23.924)	(12.708)
Banco Santander Cayman	(18.854)	(10.015)
Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch	(23.242)	(12.346)
Total	(66.020)	(35.069)

A controladora indireta Girocantex assinou contratos de “swaps” de taxas de juros com as seguintes condições:

<u>Negociação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Índice</u>	<u>Taxa</u>
07/02/2014	16/05/2016	92.017	Libor 6M	0,90%
10/06/2014	16/05/2016	48.725	Libor 6M	0,99%
24/11/2014	16/05/2016	16.817	Libor 6M	0,99%

As datas de precificações, os valores nominais e as datas de pagamento de juros são os mesmos contemplados nos empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2015, como resultado das operações descritas acima, as Controladas possuem um saldo passivo de R\$66.020 (R\$35.069 em 31 de dezembro de 2014), em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica de resultados abrangentes.

18.5. Gerenciamento de risco

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional.

A Companhia tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora; essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de taxas de câmbio.
- Risco de taxa de juros.

A seguir apresentamos informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um desses riscos, os objetivos, as práticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital.

Estrutura de gerenciamento de risco

Risco de crédito

É o risco de a Companhia sofrer prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados, em sua grande maioria, por clientes recorrentes e por aplicações financeiras.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisão. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	11.816	14.894	108.037	97.767
Contas a receber	-	-	21.762	4.609
Títulos e valores mobiliários	95.417	16.098	203.893	47.079
Empréstimos e financiamentos	-	-	(1.566.489)	(637.028)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(66.020)	(35.069)

Risco de liquidez

É o risco de que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja

liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

	Consolidado				
	31/12/2015				
	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Garantia depósito caução (nota explicativa nº 7)	-	19.144	89.936	-	-
Fornecedores (nota explicativa nº 12)	-	118.794	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 11)	4,55	662.789	254.546	131.264	328.159

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas.

A Administração analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão na contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela Administração, compartilhadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo nem possam eventualmente gerar algum risco adicional àqueles inerentes aos propósitos a que originalmente se propõem.

Risco de taxa de juros

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4)	11.816	14.894	108.037	97.767
Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6)	95.417	16.098	203.893	47.079
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 11)	-	-	1.566.489	637.028

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado a seguir:

Variação das taxas de juros

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2015, foi extraída a posição do indexador CDI (15,25% a.a.) para um ano.

A Companhia preparou 3 cenários de análise de sensibilidade. O cenário I considera as taxas de juros futuros observadas na data base das demonstrações financeiras e os cenários II e III consideram uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2015, projetando os índices para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário:

Instrumentos financeiros (notas explicativas nº 6 , nº 7 e nº 11)	Total	Consolidado		
		I	II	III
Títulos e valores mobiliários	203.893	31.094	23.320	15.547
Garantia depósito caução	109.080	16.635	12.476	8.317
Empréstimos e financiamentos	1.566.489	238.890	179.167	119.445

Variação cambial

Para verificar a sensibilidade da exposição cambial líquida à qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes. O cenário I considera a taxa de juros fixa de cada contrato de empréstimo e de derivativos e os cenários II e III consideram uma deterioração e apreciação de 25% e 50%, respectivamente, conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08.

Instrumentos financeiros	Consolidado					
	Total	Deterioração		I	Apreciação	
		II	III		II	III
Inter-American Development Bank - IDB	247.085	8.339	5.559	11.119	13.899	16.678
Inter-American Development Bank - IDB	99.164	3.198	2.132	4.264	5.330	6.396
International Finance Corporation - IFC	246.745	8.328	5.552	11.104	13.879	16.655
International Finance Corporation - IFC	99.188	3.199	2.133	4.265	5.331	6.398
Banco Santander	<u>95.400</u>	<u>3.077</u>	<u>2.051</u>	<u>4.102</u>	<u>5.128</u>	<u>6.153</u>
Total	787.582					

18.6. Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida estrutura de capital para manter a confiança dos investidores, credores e clientes de mercado, mantendo o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de alavancagem financeira (empréstimos) e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital equilibrada.

A dívida da Companhia para a relação do patrimônio líquido final de 31 de dezembro de 2015 e de 31 de dezembro de 2014 é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Total dos passivos circulante e não circulante	(19.928)	(8.995)	(1.790.841)	(721.385)
Caixa e equivalentes de caixa	<u>11.816</u>	<u>14.894</u>	<u>108.037</u>	<u>97.767</u>
Sobra (insuficiência) líquida de caixa	<u>(8.112)</u>	<u>5.899</u>	<u>(1.682.110)</u>	<u>(623.618)</u>
Patrimônio líquido	<u>1.115.190</u>	<u>729.369</u>	<u>1.115.190</u>	<u>729.369</u>

19. PROGRAMA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em 7 de dezembro de 2010, foram aprovados por meio de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia os termos do Plano de Outorga de Opções de Ações (“Plano”), que tem por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores da Companhia e profissionais estratégicos, com o objetivo principal de atração e retenção desses profissionais. Os participantes indicados, observadas as regras e condições definidas a cada programa, receberão a oferta da opção de compra de ações em número definido pelo Conselho de Administração, e cada opção de compra atribui ao seu titular o direito à aquisição de uma ação ordinária de emissão da Companhia, nos termos e nas condições do Plano e dos programas aprovados.

Em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 7 de dezembro de 2010, 10 de maio de 2011, 25 de maio de 2012, 26 de fevereiro de 2013 e 21 de fevereiro de 2014, foram aprovados Programas de Opção de Compra de Ações (“Programa 2010”, “Programa 2011”, “Programa 2012”, “Programa 2013” e “Programa 2014”, respectivamente, e, em conjunto, os “Programas”), nos termos e nas condições da outorga anual de opções de compra de ações do Plano, observados as características e limites aprovados pelo Conselho de Administração.

O Plano e os Programas são administrados pelo Conselho de Administração, que dispõe de poderes para, entre outros atos: (a) decidir quanto às datas em que serão outorgadas as opções, bem como quanto à oportunidade de sua outorga em relação aos interesses da Companhia; (b) selecionar os administradores e colaboradores que participarão do Plano; (c) aprovar e alterar programas de opção de compra de ações periódicos e contratos de outorga de opção de compra de ações; e (d) dirimir dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas no Plano.

Atualmente, todas as opções de ações outorgadas pela Companhia vigoram sob a condição suspensiva de que somente se tornarão exercíveis em caso de: (a) oferta pública inicial (primária ou secundária) de ações, resultando na negociação de ações da Companhia em mercado público brasileiro ou internacional; ou (b) alienação, direta ou indireta, por qualquer acionista da Companhia de ações da Companhia a terceiro adquirente.

Sujeito ao cumprimento das condições suspensivas estabelecidas acima, os Programas estipulam os seguintes prazos para exercício das opções:

- a) 25% das opções poderão ser exercidas a partir de 1 (um) ano contado da data de celebração do contrato de opção.
- b) 25% das opções, mais as eventuais sobras não exercidas no período de exercício precedente, poderão ser exercidas a partir de 2 (dois) anos contados da data de celebração do contrato de opção.
- c) 25% das opções, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser exercidas a partir de três anos contados da data de celebração do contrato de opção; e nos períodos de exercício precedentes, correspondentes a 100% de cada Programa, poderão ser exercidas a partir de quatro anos contados da data de celebração do contrato de opção.

A aquisição do direito ao exercício das Opções (“vesting”) estará sujeita aos prazos de carência estabelecidos em cada Programa. O “vesting” das ações ocorrerá em quatro etapas anuais, sendo a primeira parcela a partir do primeiro aniversário de vigência do Programa e as demais parcelas a partir dos aniversários subsequentes. Observados os prazos de carência aplicáveis, as opções poderão ser exercidas pelo participante titular das opções durante o prazo a ser fixado pelo Conselho de Administração para cada Programa, que deverá ser de, no máximo, dez anos, contados a partir do “vesting” de cada Opção.

Programa de 2013

O Programa de 2013 tem vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013. A Companhia outorgou no total 1.100.933 Opções. O preço de exercício de cada Opção do Programa de 2013 é de R\$1,412438, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA, acrescido de 7% ao ano.

Programa de 2014

O Programa de 2014 tem vigência a partir de 26 de fevereiro de 2014. A Companhia outorgou no total 2.222.000 opções de compra de ações (“Opções”). O preço de exercício de cada Opção do Programa de 2014 é de R\$1,67550, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA acrescido de 7% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2015 foi registrada provisão de R\$3.356 (R\$469 em 31 de dezembro de 2014), totalizando R\$4.813, na rubrica “Reserva de Capital”, no patrimônio líquido e no resultado da Companhia, referente ao direito das outorgas dos Programas mencionados acima.

20. COMPROMISSOS E GARANTIAS

A controlada Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A., dentro das obrigações assumidas no contrato de compra e venda com a KF de Menezes Consultoria Logística, do terreno para a instalação do Terminal Portuário de Uso Privativo (TUP), localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará, assumiu a obrigação de R\$15.000 a serem pagos na aprovação da concessão de Licença de Operação - LO, prevista para abril de 2016.

A Companhia possui Contratos de longo prazo com os seguintes clientes:

1. VALE, no Corredor Sul, com validade de 25 anos a partir de março de 2014;
2. SODRU, no Corredor Sul, com validade de 8 anos a partir de fevereiro de 2014;
3. NIDERA, no Corredor Sul e Norte, com validade de 5 anos a partir de agosto de 2014 e com validade de 10 anos a partir de 2016, respectivamente;
4. NOBLE, no Corredor Norte, com validade de 10 anos a partir de 2016; e
5. MULTIGRAIN, no Corredor Norte, com validade de 10 anos a partir de 2016.

21. RECEITA

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
<u>Receita líquida de serviços:</u>		
Serviços de transporte	196.223	75.429

O Corredor Sul tem isenção de impostos sobre faturamento nas empresas do Uruguai devido a atividade comercial da Companhia, no Paraguai a Companhia é isenta de recolhimento de impostos para as cargas com destino de exportação e as demais cargas sofrem tributação de 10% de imposto de renda.

22. CUSTOS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Salários, encargos e benefícios	(25.258)	(20.505)	(65.946)	(43.103)
Depreciações e amortizações	(1.328)	(1.009)	(38.889)	(4.312)
Manutenção	(46)	(32)	(13.489)	(3.648)
Seguros	(29)	(20)	(6.208)	(2.743)
Combustível	-	-	(28.307)	(11.031)
Serviços de terceiros	(7.018)	(4.904)	(14.372)	(8.772)
Aluguéis	(577)	(416)	(2.980)	(2.905)
Frete	-	-	(23.187)	(7.551)
Viagens e passagens	(1.250)	(1.199)	(2.574)	(1.824)
Amarradeiro	-	-	(4.331)	(2.210)
Copa e cozinha	-	-	(2.231)	(894)
Agenciadores	-	-	(2.257)	(972)
Operacionais e segurança	-	-	(636)	(257)

Taxas diversas	(214)	(241)	(3.392)	(567)
Equivalência patrimonial	(40.020)	(14.219)	(10.054)	536
Outros custos e despesas	(814)	(1.108)	(6.015)	(11.884)
Total	<u>(76.554)</u>	<u>(43.653)</u>	<u>(224.868)</u>	<u>(102.137)</u>

Classificados como:

Custos dos serviços prestados	-	-	(162.076)	(64.042)
Salários, encargos e benefícios	(25.258)	(20.505)	(29.148)	(23.312)
Gerais e administrativas	(2.930)	(3.016)	(9.762)	(5.687)
Serviços profissionais	(7.018)	(4.904)	(9.505)	(8.176)
Depreciações e amortizações	(1.328)	(1.009)	(4.323)	(1.456)
Resultado de equivalência patrimonial	(40.020)	(14.219)	(10.054)	536
Total	<u>(76.554)</u>	<u>(43.653)</u>	<u>(224.868)</u>	<u>(102.137)</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas:				
Rendas de aplicações financeiras	9.635	17.585	9.719	18.564
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	(2.777)	-	(2.777)	-
Atualizações monetárias e cambiais	75.599	874	75.491	941
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	4.228
Garantias financeiras (*)	-	9.291	-	9.291
Outras	3	4	50	23
Total	<u>82.460</u>	<u>27.754</u>	<u>82.483</u>	<u>33.047</u>
Despesas:				
Encargos de dívidas	-	-	(34.493)	(15.566)
Atualização monetárias e cambiais	(57.052)		(57.559)	(4.012)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(383)	(86)	(6.355)	(86)
Outras	(78)	(308)	(6.144)	(1.238)
Total	<u>(57.513)</u>	<u>(394)</u>	<u>(104.551)</u>	<u>(20.902)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>24.947</u>	<u>27.360</u>	<u>(22.068)</u>	<u>12.145</u>

(*) Referem-se à variação cambial dos depósitos caução da controladora no Deutsche Bank no valor de R\$7.200 e à variação com a garantia no Banco de la Republica Oriental de Uruguay - BROU no valor de R\$2.091, encerrados em 2014.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária aplicável nos exercícios apresentados é de 34%. Em outros países as operações da Companhia estão sujeitas a outras taxas dependendo da jurisdição. O total de tributos sobre o lucro demonstrado no resultado do exercício está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(51.607)	(16.293)	(50.713)	(14.563)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	17.546	5.540	17.242	4.951
Ajustes permanentes:				
Despesas indedutíveis	(1)	-	(1)	-
Outros benefícios a funcionários	(73)	-	(78)	-
Brindes	(13)	-	(14)	-
Equivalência patrimonial	(13.607)	4.834	(3.418)	182
Bônus	(155)	(1.934)	(556)	(2.014)
Outros	-	(706)	-	22
Resultado das empresas do exterior tributadas a alíquotas diferentes às da controladora	-	-	(894)	(1.730)
Ajustes Temporários:				
“Stock options”	(1.141)	(160)	(1.141)	(160)
Tributos exigibilidade suspensa	(944)	-	(944)	-
Provisão para fornecedores	(366)	-	(366)	-
Compensação do prejuízo fiscal 30%	1.413	-	322	-
Efeito dos prejuízos fiscais não utilizados e das compensações tributárias não reconhecidas como diferido	<u>(7.554)</u>	<u>(7.574)</u>	<u>(15.941)</u>	<u>(2.849)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL debitada ao resultado do exercício	(8.457)	-	(9.351)	(1.730)
Alíquota Efetiva	16%	0%	18%	12%

25. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das demonstrações financeiras e da Administração e é efetuada por meio da segmentação de negócio.

Contas de resultado

	Corredor Norte	Corredor Sul	Holding	Total
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Receita líquida de serviços	-	196.223	-	196.223
Custo dos serviços prestados	(33)	(162.043)	-	(162.076)
Despesas operacionais	(5.629)	(10.377)	(36.732)	(52.738)
Resultado financeiro líquido	(6.913)	(40.102)	24.497	(22.068)
Equivalência patrimonial	(7)	(2.942)	(7.105)	(10.054)
Imposto de renda	-	(894)	(8.457)	(9.351)
Prejuízo do período	(12.582)	(20.135)	(27.347)	(60.064)

	Corredor Norte	Corredor Sul	Holding	Total
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Receita líquida de serviços	-	75.429	-	75.429
Custo dos serviços prestados	-	(64.042)	-	(64.042)
Despesas operacionais	(2.748)	(6.449)	(29.434)	(38.631)
Resultado financeiro líquido	446	(15.661)	27.360	12.145
Equivalência patrimonial	-	536	-	536
Imposto de renda	-	(1.730)	-	(1.730)
Prejuízo do exercício	(2.302)	(11.917)	(2.074)	(16.293)

Contas patrimoniais

	Corredor Norte	Corredor Sul	Holding	Total
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Ativo circulante	180.306	144.703	134.653	459.662
Ativo não circulante	1.005.733	1.312.625	128.011	2.446.369
Total do ativo	1.186.039	1.457.328	262.664	2.906.031
Passivo circulante	762.714	108.956	16.234	887.904
Passivo não circulante	-	902.937	-	902.937
Patrimônio líquido	423.325	441.576	250.289	1.115.190
Total do passivo e patrimônio líquido	1.186.039	1.453.469	266.523	2.906.031

	Corredor Norte	Corredor Sul	Holding	Total
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Ativo circulante	43.068	100.071	72.074	215.213
Ativo não circulante	269.198	896.346	69.997	1.235.541
Total do ativo	312.266	996.417	142.071	1.450.754
Passivo circulante	26.135	121.241	5.917	153.293
Passivo não circulante	-	568.092	-	568.092
Patrimônio líquido	286.131	307.084	136.154	729.369
Total do passivo e patrimônio líquido	312.266	996.417	142.071	1.450.754

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as seguintes transações não afetaram o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas:

- a) Adições ao imobilizado de juros sobre empréstimos e rendimentos sobre aplicações financeiras capitalizados apresentam um saldo líquido de R\$22.351 no consolidado.
- b) Adições ao imobilizado com provisão de fornecedores de R\$21.591 no consolidado.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

- (a) Em fevereiro e março de 2016, a Companhia iniciou suas atividades no Brasil através de suas controladas diretas HB Miritituba e HB Navegação passando a operar o transbordo e transporte de cargas, respectivamente.
- (b) Em 17 de março de 2016, a controlada direta HB Navegação firmou contrato com Banco do Brasil para repasse dos recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM no montante de até R\$244.000 a ser liberado conforme cumprimento das condições precedentes aos desembolsos.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2016.